

humanitas



Vol. XXXVII-XXXVIII

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XXXVII-XXXVIII



C O I M B R A

MCMLXXXV-MCMLXXXVI

Nas *Cartas*, publicadas por Hélio Viotti, avulta naturalmente o prosador latino. E é pena que uma epístola humanística, como a datada de São Vicente, a 31 de Maio de 1560, que vem de p. 123 a 143 em tradução do P.^e Serafim Leite, e magnificamente anotada por Hélio Viotti, não seja acompanhada do original latino. Nela Anchieta, observador da Natureza, revela-se um verdadeiro discípulo dos seus mestres do Colégio das Artes, sobretudo de Diogo de Teive, por quem sabemos de tal prática: costumavam eles, nos dias feriados, percorrer, na companhia dos alunos, os campos de Coimbra, a identificar e estudar as plantas.

E os livros? Não haveria livros no Brasil, no tempo de Anchieta, como alguns pretendem? Os padres jesuítas, que eram homens inteligentes e cultos, estariam privados da companhia estimulante e enriquecedora dos livros?

Seria estranho que assim acontecesse, quando nós sabemos que na bagagem dos soldados da Índia andavam livros, por vezes de tamanho mais reduzido que os actuais livros de bolso. E o Brasil estava a menos de meio caminho da Índia.

Ora as cartas de Anchieta falam-nos de livros. Quando esteve refém dos índios de Iperuí, com a vida em risco permanente, na caixa que o acompanhava, havia livros (pp. 242, 247). Nesta última página: «...os quais nos vieram ver ao navio e me trouxeram os livros e tudo o mais que lhes havia deixado em guarda e algum refresco». Ver ainda a p. 310 *sub fine*.

E fala-se de bibliotecas particulares, existentes no Brasil, no final do século XVI, nas páginas 323 n. 36 e 412 n. 9.

Enfim, estas *Cartas* de Anchieta, com as sábias anotações do Rev. P.^e Hélio Viotti, são uma obra, simultaneamente, erudita e acessível, cuja leitura se recomenda a todos quantos queiram conhecer os antecedentes do Brasil moderno, de maneira mais sólida que a dos habituais discursos pós-prandiais, correntes no mundo social e político luso-brasileiro.

A. COSTA RAMALHO

RAUL RÊGO, Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa. Biblioteca Breve. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982, 128 pp.

A um combatente pela liberdade de expressão, que terçou armas durante quase cinco décadas pelo direito de livremente publicar o que ia escrevendo, os «índices expurgatórios» não podem despertar qualquer simpatia. E entretanto merece elogio o tom normalmente objectivo e moderado deste livro.

O Autor não embarcou em generalidades demagógicas que, muitas vezes, evidenciam mais ignorância do que má-fé, como, para citar um exemplo, o caso daquele que, não há muito, escrevia ter sido impossível a José de Anchieta (1534-

-1597) conhecer a literatura portuguesa sua contemporânea, por estarem proibidos autores que enumerava: Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, João de Barros e António Ferreira.

A verdade é que, se tal se verifica com a *Menina e Moça* de Bernardim, que, aliás, sabemos ter sido lida em Portugal e permitida em Goa, para os restantes ou é falso ou é exagerado.

Em oposição a este primarismo, Raul Rêgo especifica, para cada um, quais as obras que foram proibidas. E tem o cuidado de mostrar as oscilações de critério que faziam que nem sempre os mesmos livros fossem proibidos com igual rigor. Também não deixa de mencionar que mesmo alguns livros vedados podiam ler-se com emendas; ou na íntegra, com autorização especial. A este respeito, existe documentação elucidativa.

Leitor de obras quinhentistas de Erasmo, a minha experiência diz-me que a eficiência dos cortes não foi sempre igual. O mesmo texto, ora aparece riscado, ora está isento de traços. E um texto cortado num exemplar pode surgir intacto noutro onde, por sua vez, aparecem cortados pedaços que naquele se apresentam limpos. Por outro lado, os traços são, por vezes, tais que deixam ler sem dificuldade o latim que se encontra por baixo.

Os censores eram homens cultos, embora acanhados de visão. Assim, o bispo do Algarve, aquele mesmo D. Fernão Martins Mascarenhas que fez publicar o *Index* de 1624, foi senhor de uma biblioteca notável. Os piratas ingleses que lhe saquearam o palácio em 1596 foram encontrar as últimas obras de teologia, filosofia e direito canónico, publicadas por toda a Europa.

Esses livros, roubados pelo conde de Essex em 1596, e oferecidos posteriormente a Sir Francis Bodley, vieram a constituir o núcleo inicial da famosa Bodleian Library de Oxford. E ainda em 1922, a biblioteca desse bispo, que fora antes reitor da Universidade de Coimbra, surpreendia os especialistas da Bodleian Library: «It will be noticed that it includes books published in France, Belgium, Germany and Italy within a few years of 1596. Mascarenhas evidently kept abreast of the times» (*The Bodleian Library Quarterly Record* III, n. 34, July 24, 1922, p. 234).

Algumas «gralhas» aparecem no livro de Raul Rêgo, sobretudo no latim, como, aliás, é costume entre nós. Neste particular, o título latino do *Index* de 1624, na parte impressa na p. 98, é um exemplo significativo. Também um lapso fez que o trecho dos meus *Estudos sobre o Século XVI*, citado da 1.ª edição (Paris, Gulbenkian, 1980), na nota 1, pertença ao prefaciador e não ao autor do livro.

Finalmente, a obra de Raul Rêgo, não obstante a limitação das páginas, imposta pela colecção, cumpre dignamente o seu objectivo de informar o leitor sem o fatigar. Torna-se mesmo um livro estimulante para novas leituras.